

Ecoturismo no Parque Estadual da Pedra Branca, Rio de Janeiro, Brasil

Visitation and conservation at the Pedra Branca State Park, Rio de Janeiro, Brazil

RODRIGO MACHADO VILANI * [rodrigo.vilani@unirio.br]

BARBARA DA SILVA COELHO ** [barbaracoelhob@gmail.com]

Resumo | O Parque Estadual da Pedra Branca é uma das maiores florestas urbanas do planeta. Em meio à expansão urbana da zona oeste do município do Rio de Janeiro, essa unidade de conservação, que abriga biodiversidade da Mata Atlântica e sítios históricos, tem despertado o interesse de visitantes, particularmente pela vista da Pedra do Telégrafo. O artigo tem por objetivos compreender os principais desafios à gestão do Parque Estadual da Pedra Branca e discutir alternativas possíveis para a compatibilização entre visitação e conservação. Para tanto, optou-se pela pesquisa qualitativa e para se estabelecer o estado da arte sobre o Parque Estadual da Pedra Branca foi realizada pesquisa bibliográfica em diferentes bases e levantamento documental no órgão ambiental responsável pela sua gestão. Foram encontrados seis artigos, dos quais dois publicados em periódico da área de turismo e quatro indicaram alternativas de gestão e/ou manejo para o Parque Estadual da Pedra Branca. Conclui-se pela importância das pesquisas para subsidiar a elaboração e a revisão dos planos de manejo.

Palavra-chave | Visitação, conservação, Parque Estadual da Pedra Branca

Abstract | The Pedra Branca State Park is one of the largest urban forests in the world. In the midst of urban sprawl in the western zone of the municipality of Rio de Janeiro, this conservation unit, which hosts the Atlantic Forest Biodiversity and historical sites, has aroused the visitors' interest, especially because of the Pedra do Telégrafo view. This article aims to understand the main challenges for the Pedra Branca State Park management and discuss possible alternatives for the compatibility between visitation and conservation. For this, the qualitative research was chosen and, to establish the state of the art of the Pedra Branca State Park, it was executed a bibliographical research on different bases and a documentary survey in the environmental agency responsible for its management. We have found

* **Doutor em Meio Ambiente** pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). **Professor Adjunto** do Departamento de Turismo e Patrimônio e do Programa de Pós-Graduação em Ecoturismo e Conservação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). **Líder** do Grupo de Pesquisa 'Ecoturismo e Desenvolvimento' e pesquisador-colaborador do Observatório de Turismo (UNIRIO).

** **Graduanda em Turismo** pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e **bolsista** do Observatório de Turismo.

six articles from which two of them were published in a tourism journal and four of them indicated management alternatives for Pedra Branca State Park. It is concluded that scientific research plays an important role in the elaboration and revision of management plans.

Keywords | Visitation, conservation, Pedra Branca State Park

1. Introdução

A criação de áreas protegidas para usos culturais ou de seus recursos faz parte da histórica da sociedade humana há pelo menos dois mil anos em diversos pontos do planeta, desde a Índia até a Europa (Eagles, McCool, & Haynes, 2002). O modelo de área protegida conhecido atualmente tem origem mais recente, no século XIX. O Parque Nacional de Yellowstone nos Estados Unidos foi criado em 1872 para preservar sua beleza paisagística para as futuras gerações (Eagles et al., 2002; Bensusan, 2006). Iniciou-se, assim, um modelo mundial de conservação, adotado, especialmente a partir do século XX, como forma de combate às extinções em massa de espécies ocorrida em todo planeta (Bensusan, 2006).

No Brasil, da mesma forma, a criação de áreas protegidas se consolidou como uma das principais estratégias para a conservação da natureza e para a manutenção da biodiversidade. Tal estratégia assume relevância quando se trata de biomas amea-

çados, como o caso da Mata Atlântica, da Amazônia Legal e do Cerrado. Estima-se que, em território brasileiro, esteja localizada cerca de 20% da biodiversidade do planeta. Além desta megadiversidade biológica, há relevante diversidade cultural, representada por indígenas, quilombolas, ribeirinhos, caiçaras e comunidades tradicionais de maneira geral, que deve ser incluída no processo de criação de unidades de conservação (Machado, Costa & Vilani, 2012).

A regulamentação da criação de unidades de conservação no Brasil se dá por meio da Lei Federal 9985/2000. Unidade de conservação está definida no artigo 2º, I, como o espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (Brasil, 2000). Esquemáticamente, o quadro 1 apresenta a organização do sistema brasileiro de unidades de conservação.

Quadro 1 | Sistema brasileiro de unidades de conservação

Grupo	Categoria	Objetivo básico da categoria
Unidades de Proteção Integral	Estação Ecológica	preservação da natureza e a realização de pesquisas científicas
	Reserva Biológica	preservação integral da biota e demais atributos naturais existentes em seus limites
	Parque Nacional	preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica
	Monumento Natural	preservar sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica
	Refúgio de Vida Silvestre	proteger ambientes naturais onde se asseguram condições para a existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna residente ou migratória
Unidades de Uso Sustentável	Área de Proteção Ambiental	proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais
	Área de Relevante Interesse Ecológico	manter os ecossistemas naturais de importância regional ou local
	Floresta Nacional	uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas
	Reserva Extrativista	proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade
	Reserva de Fauna	estudos técnico-científicos sobre o manejo econômico sustentável de recursos faunísticos
	Reserva de Desenvolvimento Sustentável	abrigar populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais
	Reserva Particular do Patrimônio Natural	conservar a diversidade biológica

Fonte: Elaborado a partir de: Brasil (2000)

A partir do quadro 1, percebe-se a organização do sistema brasileiro de unidades de conservação em dois grupos: i) de proteção integral (GPI), e; de uso sustentável (GUS). Segundo os dados oficiais mais recentes disponibilizados pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), da área continental total do Brasil (8.514.085km²) 523.440 km² estão cobertos por unidades de conservação de proteção integral, isto é, 6,1% do território nacional (Brasil, 2016). As unidades de uso sustentável somam

974.791 km², cerca de 11% de toda porção continental do País. Portanto, o Brasil conta com um total de aproximadamente 17% de áreas protegidas, acima da média mundial – de 2014 – que foi de “15,4% para as áreas terrestres excluída a Antártica e 8,4% para as áreas marinhas com jurisdição nacional” (Brasil, 2014, p. 8). Estes dados podem ser melhor visualizados quando organizados segundo os biomas continentais brasileiros (Quadro 2).

Quadro 2 | Unidades de Conservação por bioma na porção continental do Brasil

Bioma	Amazônia	Caatinga	Cerrado	Mata Atlântica	Pampa	Pantanal
Área total (km²)	4.198.551	827.934	2.040.167	1.117.571	178.704	151.159
GPI (km ²)	417.493	9.893	62.813	28.210	628	4.403
GUS (km ²)	719.706	53.593	111.190	83.582	4.232	2.488
GPI+GUS (%/bioma) ¹	27,1%	7,7%	8,5%	10,0%	2,7%	4,6%
GPI+GUS (%/nacional) ²	13,4%	0,7%	2,0%	1,3%	0,1%	0,1%

Elaborado a partir de: Brasil (2016).

GPI: grupo de proteção integral;

GUS: grupo de uso sustentável;

(1): razão entre a área das unidades de conservação do bioma e a área total do bioma;

(2): razão entre a área das unidades de conservação do bioma e a área continental total.

No quadro 2 evidencia-se a dissonância entre os percentuais de áreas protegidas na Amazônia e nos demais biomas brasileiros. Apesar do indicador do percentual territorial total estar acima da média mundial, percebe-se uma negligência na proteção de cinco biomas brasileiros. Entre estes, será destacada a Mata Atlântica que, atualmente, conta

com menos de 20% da sua área original (Trajano, 2010). “No Brasil, o Bioma Mata Atlântica é uma área prioritária para a conservação da diversidade biológica, devido à sua elevada biodiversidade, elevado número de espécies endêmicas e avançado estado de degradação” (Silvério Neto, Bento, Menezes, & Almeida, 2015, p. 33).

A categoria parque tem a visitação pública permitida e configura-se, atualmente, como a principal categoria utilizada para as práticas de ecoturismo no Brasil. A importância do turismo como fator de desenvolvimento sustentável tem amparo na Constituição Federal brasileira e na Lei Geral do Turismo, instituída pela Lei Federal 11.771/2008 (Vilani, 2012). O ecoturismo representa, assim, um segmento turismo que pode contribuir diretamente para a conservação da natureza, por meio da fiscalização direta dos turistas e visitantes, além de gerar renda para moradores do entorno ou residentes na unidade de conservação e contribuir para a educação de turistas, visitantes e populações locais (Zaú, 2014). De acordo com a Organização Mundial do Turismo das Nações Unidas (UNWTO, em inglês), pode-se destacar como característica fundante do ecoturismo a motivação de observar e apreciar a natureza e as culturas tradicionais presentes em áreas naturais. (UNWTO, 2002). Dessa forma, no presente trabalho, toma-se o ecoturismo como um dos segmentos centrais para o desenvolvimento turístico sustentável, entendido como o

modelo a ser promovido e incentivado pelas políticas públicas, em âmbito nacional, regional ou local, pressupõe a organização dos setores econômicos e o estímulo à atividade turística no sentido de proteger e valorizar o conheci-

mento tradicional e a identidade cultural das comunidades receptoras, a contribuir para a redução das desigualdades regionais e sociais e para a defesa do patrimônio natural, cultural, histórico, artístico, paisagístico e turístico, observados a capacidade de suporte de cada destino e o respeito às necessidades das futuras gerações. (Vilani, 2012, p. 65).

O Parque Estadual da Pedra Branca (PEPB), objeto do presente estudo, é um dos mais importantes remanescentes de Mata Atlântica do Brasil. O crescimento da visitação ao PEPB, no início dos anos 2000', levou à construção de infraestrutura específica, como: "centro de visitação, áreas de lazer, entre outras, presentes em sua sede (Rio Grande) e sub-sedes (Camorim, Rio da Prata e Piraquara), localizadas próximas aos bairros da Taquara, Jacarepaguá, Barra da Tijuca, Campo Grande e Realengo" (Conceição, Costa & Costa, 2010, p. 410). Recentemente, a trilha da Pedra do Telégrafo recebe visitação constante, sendo uma das principais áreas do PEPB a receber visitantes. A procura deve-se à divulgação em redes sociais de fotos (Figura 1a e 1b) nas quais tem-se a sensação de estar à beira de um abismo (G1 Rio, 2016).



Figura 1a



Figura 1b

Fonte: G1 Rio (2016).

Figura 1 | Pedra do Telégrafo, Parque Estadual da Pedra Branca, Rio de Janeiro, Brasil

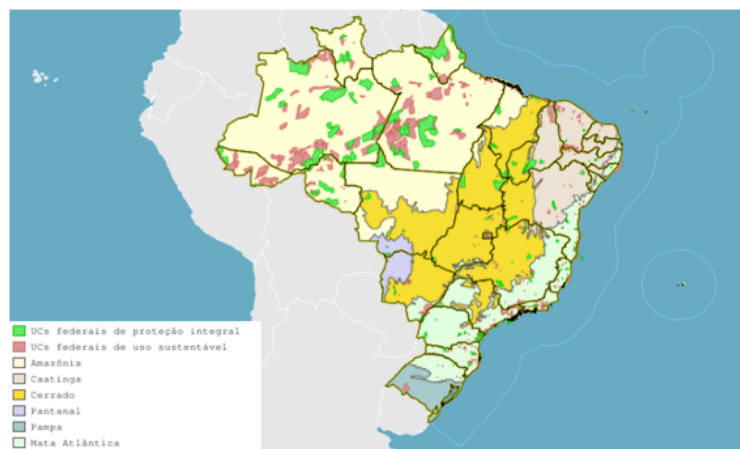
A figura 1a apresenta a vista que tem atraído visitantes e inspirado fotos com o motivo de estar à beira de um abismo. Na figura 1b, contudo, mostra-se como se produz o efeito, responsável por uma busca crescente pela trilha da Pedra do Telégrafo (G1 Rio, 2016) que, inclusive, ensejou reportagem pela principal empresa de mídia do País.

A visitação em áreas naturais vem ganhando mais adeptos com o passar do tempo, motivados principalmente pela fuga da rotina e busca de uma sensação de paz que o contato com a natureza pode proporcionar (Azevêdo, 2014). A Demanda Turística divulgada pelo Ministério do Turismo em 2015 comprova esta tendência. A pesquisa, realizada entre 2011 e 2015, aponta que o segmento Natureza, Ecoturismo ou Aventura, teve, em 2015, aumento de aproximadamente 2,9% com relação ao ano de 2014. A cidade do Rio de Janeiro foi a mais escolhida como destino para os turistas que viajam com intenção de lazer, concentrando o interesse de 32,6% dos entrevistados. (Brasil, 2015).

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio, 2016), órgão responsável pela gestão das unidades de conservação federais, divulgou dados de visitação referente ao período 2007-2015. Especificamente para a ca-

tegoria Parques Nacionais houve um aumento de 2.997.450 visitas, em 2007, para 7.149.112 em 2015. Do total de 2015, o Parque Nacional da Tijuca, também localizado no município do Rio de Janeiro, concentrou o maior contingente de visitantes, 2.945.355. (ICMBio, 2016). Percebe-se, portanto, que há um grande potencial de crescimento de visitação no PEPB que, atualmente, conta com uma estimativa de apenas 60.000 visitantes para 2016 (Ortiz, 2013). O município do Rio de Janeiro recebe, como já destacado, grande número de turistas e, em particular, do segmento do ecoturismo.

Em escala nacional, há uma concentração de visitantes nos Parques Nacionais da Tijuca e do Iguaçu. Ambos receberam juntos, em 2015, 4.587.448 visitantes, cerca de 55% do total de visitas em unidades de conservação brasileiras (ICMBio, 2016). De maneira geral, pode-se, portanto, admitir que há um enorme potencial de visitação a unidades de conservação brasileiras, que estão distribuídas por todos os biomas brasileiros, conforme já apontado na Introdução. Na figura 2, é possível ter a dimensão dessa distribuição pelo território brasileiro.



Fonte: Brasil (2016)

Figura 2 | Unidades de conservação federais por bioma brasileiro

Portanto, a discussão acerca do uso público de unidade de conservação em um bioma ameaçado como a Mata Atlântica volta-se para o fortalecimento dos esforços teórico-metodológicos direcionados para a construção de uma alternativa sustentável de conservação e valorização de populações tradicionais. Diante deste contexto, o artigo tem por objetivos compreender os principais desafios à gestão do Parque Estadual da Pedra Branca e discutir alternativas possíveis para a compatibilização entre visitação e conservação.

2. Visitação e conservação em um refúgio de Mata Atlântica

O PEPB situa-se no bairro litorâneo de Barra de Guaratiba, na região oeste da cidade do Rio de Janeiro (Figura 3). Esta região está inserida

na Área de Proteção Ambiental de Grumari. Importa apenas indicar, por fugir ao escopo do tema, que esta situação de sobreposição de unidades de conservação é comum no Brasil e também questionável sob a perspectiva de eficácia de proteção. Assim sendo, especificamente no tocante ao PEPB, sua criação se deu por meio da Lei Estadual n. 2.377, de 28 de junho de 1974. Com uma área de cerca de 12.500 hectares, correspondente a cerca de 10% do território do município do Rio de Janeiro, tendo sido reconhecido, na década de 2000', como a maior floresta urbana do mundo (Fernandez, 2011). Sua extensa cobertura vegetal contribui com o equilíbrio hídrico e climático do município do Rio de Janeiro. Apesar de estabelecido há mais de quatro décadas, até os dias de hoje, a situação fundiária do PEPB não foi totalmente regularizada. (Instituto Estadual do Ambiente [INEA], 2013).



Fonte: INEA (2013)

Figura 3 | Localização do Parque Estadual da Pedra Branca

Em consonância com os objetivos gerais da categoria parque, indicados no quadro 1, o PEPB

visa, entre outros, “preservar [...] área núcleo de biodiversidade da Mata Atlântica; preservar manan-

ciais hídricos [...]; proteger e revitalizar construções históricas, ruínas e sítios arqueológicos; [...] promover aos visitantes oportunidades de recreação ao ar livre [...]" (INEA, 2013, p. 4).

O instrumento previsto para o alcance desses objetivos das unidades de conservação é o plano de manejo, instituído pela Lei Federal n. 9985/2000. O plano de manejo, portanto, é o instrumento técnico no qual se define o zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade de conservação (Brasil, 2000). Nesse sentido,

O zoneamento adequado para a visitação delimita trechos nos quais a mesma deve ser incentivada, por exemplo, pela valorização de aspectos cênicos, de grande interesse ecológico ou cultural, pela construção de equipamentos públicos como praças, ruas, estacionamentos, centros de informações para visitantes, alojamentos, banheiros, campings, dentre outras; além de estruturas aplicadas diretamente à experiências mais intensivas, como trilhas rústicas, placas de sinalização distantes dos equipamentos públicos anteriormente relacionados. (Zaú, 2014, p. 307).

No PEPB, o plano de manejo foi elaborado entre dezembro de 2011 e julho de 2013 e contou com a participação de atores locais, quando, entre as questões levantadas, releva-se o questionamento quanto à existência de comunidade quilombola, que viria a ser reconhecida oficialmente em 2014 (Fernandez, 2016).

A visitação é um dos elementos centrais do plano de manejo, uma vez que as trilhas configuram como um dos principais atrativos das unidades de conservação (Costa, Triane & Costa, 2008). O ordenamento das áreas abertas ao público no PEPB é fundamental, uma vez que o par-

que abriga espécies endêmicas e ameaçadas de extinção, configurando-se como um raro refúgio da biodiversidade da Mata Atlântica, além de atrativos naturais e belezas cênicas diversas, sítios tombados, entre outros. (INEA, 2013). No plano de manejo, o número de visitantes, para o ano de 2010, foi de 10.600, incluindo-se 1.100 estudantes e professores. Contudo, em 2013, a "média estimada de visitantes [...], segundo o INEA, [foi de] 36 mil frequentadores por ano", esperando-se 60.000 para este ano de 2016 (Ortiz, 2013). Além dos visitantes, há residentes no PEPB, outro desafio à gestão do parque, conforme será discutido na seção 4.

De maneira geral, no Brasil, o plano de manejo configura o principal instrumento para a gestão e compatibilização do uso público com a proteção da biodiversidade e a presença de comunidades residentes em unidades de conservação.

3. Metodologia

Optou-se pela abordagem qualitativa e descritiva, visando "descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis" (Prodanov & Freitas, 2013, p. 52). Como técnica de pesquisa, utilizou-se a pesquisa bibliográfica e documental.

A pesquisa bibliográfica utilizou como parâmetro de busca a expressão "Parque Estadual da Pedra Branca" e foi dividida em duas etapas: (i) artigos e (ii) teses e dissertações. A pesquisa por artigos foi realizada nas bases Periódicos Capes (do Ministério da Educação) e Scientific Electronic Library Online (SciELO), mantida pela Universidade Federal de São Paulo. Teses e dissertações foram consultadas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia). Além da base oficial do Ministério da Educação, optou-se, também, pela SciELO (<http://www.scielo.org/>)

por ser a maior base de acesso aberto da América Latina, servindo de plataforma para disseminação de artigos do Brasil e de outros 15 países, contando, atualmente, com 1.249 periódicos e 573.525 artigos. A seleção do referencial teórico foi realizar por meio de leitura técnica dos títulos e resumos, a partir da adaptação da metodologia aplicada por Pessoa, Piquet e Vilani (2015).

A pesquisa documental deu-se por meio dos sítios eletrônicos do ICMBio, para o levantamento do contexto nacional das unidades de conservação brasileiras, e, especificamente para o recorte proposto, do INEA (<http://www.inea.rj.gov.br/>), órgão ambiental do governo do estado do Rio de Janeiro responsável pela gestão do PEPB. O INEA mantém uma página específica para cada unidade de conservação sob sua responsabilidade, contendo informações sobre: ato de criação; horário de visitação; mapa de localização; plano de manejo; conselho con-

sultivo; pesquisas científicas. As informações específicas sobre o PEPB foram consultadas em: http://www.inea.rj.gov.br/Portal/Agendas/BIODIVERSIDADEEAREASPROTEGIDAS/UnidadesdeConservacao/INEA_008594.

4. Resultados e discussão

As três bases consultadas tiveram o mesmo parâmetro de buscas: Parque Estadual da Pedra Branca. Para Periódicos Capes, SciELO e BDTD foram encontrados, respectivamente, 26, 12 e 2 resultados. Do total de 40 resultados, 6 foram utilizados neste trabalho e estão indicado no quadro 3. Artigos, teses e dissertações não selecionados estavam relacionados a levantamentos e descrições de fauna e flora ou a aspectos geológicos do PEPB. Apenas a BDTD não teve nenhum resultado relacionado à pesquisa, segundo os critérios utilizados.

Quadro 3 | Produção científica sobre PEPB na base Periódicos Capes e SciELO

Grupo	Categoria	Objetivo básico da categoria
Unidades de Proteção Integral	Estação Ecológica	preservação da natureza e a realização de pesquisas científicas
	Reserva Biológica	preservação integral da biota e demais atributos naturais existentes em seus limites
	Parque Nacional	preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica
	Monumento Natural	preservar sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica
	Refúgio de Vida Silvestre	proteger ambientes naturais onde se asseguram condições para a existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna residente ou migratória
Unidades de Uso Sustentável	Área de Proteção Ambiental	proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais
	Área de Relevante Interesse Ecológico	manter os ecossistemas naturais de importância regional ou local
	Floresta Nacional	uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas
	Reserva Extrativista	proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade
	Reserva de Fauna	estudos técnico-científicos sobre o manejo econômico sustentável de recursos faunísticos
	Reserva de Desenvolvimento Sustentável	abrigar populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais
	Reserva Particular do Patrimônio Natural	conservar a diversidade biológica

Fonte: Elaboração própria

No quadro 3, dos seis artigos, cinco têm seu primeiro autor vinculado a instituições situadas no estado do Rio de Janeiro, indicando a prevalência da proximidade geográfica. Para o alcance do

objetivo proposto, era preciso determinar, ainda, as pesquisas que apresentam propostas relacionadas à problemática analisada. Apenas 2 artigos foram publicados em periódico específico da área

de turismo (Revista Brasileira de Ecoturismo). Do total de artigos, quatro indicaram alternativas de gestão e/ou manejo para o PEPB, demonstrando a aplicação da responsabilidade social da pesquisa científica e sua contribuição para o aprimoramento de políticas de conservação da natureza. Contudo, quatro artigos são anteriores à elaboração do plano

de manejo do PEPB, tendo apenas uma análise específica do plano de manejo relacionada à questão fundiária.

De forma esquemática, o quadro 4 apresenta os principais resultados relacionados aos objetivos deste trabalho de compreender os desafios e discutir alternativas à gestão do PEPB.

Quadro 4 | Produção científica sobre PEPB na base Periódicos Capes e SciELO

Problema		Impactos	Propostas
Natureza	Descrição		
Pressão antrópica	4.600 pessoas residentes e atividades agropecuárias realizadas dentro dos limites do parque; Condomínios e favelas no entorno e na área do PEPB.	supressão da vegetação nativa; plantio de espécies exóticas e invasoras; incêndios florestais e queima não controlada de cultivos agrícolas em competitividade à recuperação da vegetação poluição dos mananciais	Levantamentos e estudos para subsidiar a regularização fundiária e resguardar os direitos das comunidades tradicionais.
Manutenção de trilhas	pisoteio excessivo por cavalos e mulas e falta de manutenção e sinalização	Erosão Ausência de controle da drenagem da chuva Criação de atalhos irregulares	Implantação de sistema de trilhas com escadas, canais de drenagem etc., acompanhado de sinalização e fiscalização; Manutenção e monitoramento das trilhas; Capacitação e conscientização de funcionários, visitantes e outros atores sociais; Realização de estudos quanto à capacidade de suporte.
Fragmentação	Presença de vias urbanas e linhas de transmissão de energia elétrica	isolamento de populações mais sensíveis e efeito de borda	Parcerias e fomento a pesquisas técnico-científicas; manejo, recuperação de áreas degradadas e monitoramento; integração com a sociedade da área de entorno.

Fonte: Elaborado a partir de INEA (2013); Iwama, Lima, & Pellin (2014); Conceição et al. (2010); Costa, Costa, Conceição, & Ribeiro (2009); Costa et al. (2008).

Tanto na literatura como no plano de manejo, a ausência de estudos sobre a visitação, seus impactos, fauna e flora, as pressões antrópicas (favelas, loteamentos irregulares, condomínios...) e a questão fundiária, a insuficiência de recursos humanos e financeiros, são os principais desafios para a gestão do PEPB (Iwana et al., 2014; INEA, 2013; Costa et al., 2008). Estes resultados corroboram, na temática pesquisa, as conclusões de Panosso Netto e Calciolari (2010) quanto à carência de publicações específicas sobre turismo no Brasil. Esta constatação caminha no sentido de fortalecer “a necessidade de fornecer subsídios e base teórica para estimular entre os pesquisadores o interesse pela compreensão e análise da produção científica nacional neste campo acadêmico” (Panosso Netto

& Calciolari, 2010, p. 683).

Destaca-se, por fim, o incentivo à visitação com ações de educação e interpretação ambiental, devendo o ecoturismo ser integrado e com ampla participação social. Para tanto, as atividades ecoturísticas deverão ser planejadas “pelos gestores do Parque de forma a detectar possíveis áreas de reflorestamento e/ou de conflito sócio-ambiental. [...] Todos os principais atores sociais deverão estar engajados [...] no planejamento e implementação das atividades ecoturísticas no PEPB.” (Conceição et al., 2010, p. 425)

O desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação e de turismo ecológico em unidades de conservação é uma questão nacional que se replica no PEPB. “O Bra-

sil carece de uma política de turismo voltada às suas áreas protegidas, fazendo com que o tema sustentabilidade ocupe posição periférica na estratégia de turismo no país" (Brasil, 2014, p. 22). Assim sendo, o sucesso dessas medidas no PEPB e a superação dos problemas de gestão da unidade demandam esforços teóricos e metodológicos específicos dos pesquisadores de turismo que, em última análise, poderão contribuir para uma revisão das políticas de uso público e conservação da natureza no País.

5. Considerações finais

Foram encontrados seis artigos, dos quais dois publicados em periódico da área de turismo e quatro indicaram alternativas de gestão e/ou manejo para o Parque Estadual da Pedra Branca. Conclui-se pela falta de pesquisas sobre o tema áreas protegidas e, particularmente, sobre um dos maiores parques urbanos do País, localizado no Rio de Janeiro. Destaca-se, assim, a importância das pesquisas para fornecer bases teóricas e metodológicas que contribuam para a elaboração e a revisão dos planos de manejo em consonância com os objetivos de visitação de áreas protegidas como os parques nacionais, estaduais e municipais.

A procura ainda inicial de visitantes pelo PEPB cria uma oportunidade para a construção de um modelo sustentável de turismo, articulado de forma holística e transversal com as demais políticas públicas, assegurando à população, fornecimento de água, saneamento básico, segurança. Os desafios à gestão do PEPB exemplificam uma questão nacional, do descolamento das práticas oficiais ao discurso da conservação da natureza defendido em reuniões e tratados internacionais pelo governo brasileiro.

Há uma subutilização das áreas naturais brasileiras e do potencial do ecoturismo para o desenvolvimento local e regional, quiçá nacional. Dados

do Ministério do Turismo apontam que, em 2015, 6.305 milhões de turistas estrangeiros desembarcaram no País, mas houve uma grande concentração em apenas 2 dos 26 parques nacionais abertos à visitação. Falta de investimentos em infraestrutura e contratação de pessoal são os dois principais aspectos a serem revistos pelo Poder Público para a reorientação das políticas de ecoturismo e conservação da natureza no Brasil.

A participação social é um elemento estruturante para o ecoturismo, devendo ser incentivada e assegurada para o fortalecimento, em especial, de alternativas para a valorização do conhecimento tradicional, como quilombolas do PEPB, e a recepção de visitantes por meio da hospedagem nas residências existentes na área do parque e/ou do seu entorno (Temoteo, Crispim & Brandão, 2014).

A persistência de uma visão utilitarista do ambiente natural, especialmente em momentos de crise institucional, política e econômica, como passa atualmente o Brasil, impõe à sociedade e à comunidade científica esforços para o fortalecimento de políticas que assegurem os direitos sociais e ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. A exigência constitucional e infraconstitucional do desenvolvimento turístico sustentável no Brasil torna-se cada vez mais distanciada das ações governamentais.

A equidade intergeracional nos exige um posicionamento inflexível na proteção dos direitos conquistados nas últimas décadas e o avanço na sua proteção. O ecoturismo pode se tornar um importante instrumento de compatibilização entre crescimento econômico e conservação, por meio do aproveitamento racional do uso público de unidades de conservação. A contribuição de pesquisas técnico-científicas, como as identificadas nesse trabalho, dão sustentação aos planos de manejo e, assim sendo, caminham ao encontro do objetivo de garantir o ambiente ecologicamente equilibrado para as presentes e futuras gerações.

Referências

- Azevêdo, Â. S. C. (2014). A educação ambiental no turismo como ferramenta para a conservação ambiental. *AOS - Amazônia, Organizações e Sustentabilidade*, 3(1), 77-86.
- Bensusan, N. (2006). *Conservação da biodiversidade em áreas protegidas*. Rio de Janeiro: FGV.
- Brasil. (2016). Ministério do Meio Ambiente. *Unidades de Conservação por Bioma*. Acedido em 12 de abril de 2016, em www.mma.gov.br/cadastro_uc
- Brasil. (2015). Ministério do Turismo. *Demanda turística*. Acedido em 15 de agosto de 2016, em http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/dadosefatos/demanda_turistica/internacional.
- Brasil. (2014). Tribunal de Contas da União. *Relatório de Auditoria*. TC 006.762/2014-0. Brasília: TCU.
- Brasil. (2000). Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Acedido em 10 de novembro de 2016, em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9985.htm.
- Conceição, R. S., Costa, N. M. C. & Costa, V. C. (2010). A importância da evolução do uso do solo como geoindicador para o planejamento do Ecoturismo em Unidades de Conservação: aplicação no Parque Estadual da Pedra Branca (RJ). *Revista Brasileira de Ecoturismo*, 3(3), 408-427.
- Costa, V. C.; Triane, B. P.; Costa, N. M. C. (2008). Impactos ambientais em trilhas: agricultura e ecoturismo: um estudo de caso na Trilha do Quilombo (PEPB—RJ). *Revista Brasileira de Ecoturismo*, 1(1), 84-113.
- Costa, N. M. C.; Costa, V. C.; Conceição, R. S. & Ribeiro, J. V. M. (2009). Fragilidade ecoturística em áreas de atrativos no Parque Estadual da Pedra Branca (RJ). *Geo UERJ*, 2(19), 138-160.
- Eagles, P. F. J.; McCool, S. F. & Haynes, C. D. A. (2002). *Sustainable tourism in protected areas: guidelines for planning and management*. Cambridge: IUCN.
- Fernandez, A. C. F. (2016). O sertão virou parque: natureza, cultura e processos de patrimonialização. *Estudos Históricos*, 29 (57), 129-148.
- Fernandez, A. C. F. (2011). Um Rio de florestas: uma reflexão sobre o sentido da criação dos parques na cidade do Rio de Janeiro. *Estudos Históricos*, 24(47), 141-161.
- G1 Rio. (2016) *Pedra do Telégrafo, famosa por ilusão de ótica, terá ação de ordenamento*. Acedido em 18 de agosto de 2016, em <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/01/pedra-do-telegrafo-famosa-por-ilusao-de-otica-tera-acao-de-ordenamento.html>
- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. *Dados de visitação (2007-2015)*. Acedido em 06 de novembro de 2016, em http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/Dados_de_visita%C3%A7%C3%A3o_DC0M.pdf.
- Instituto Estadual do Ambiente. (2013). *Plano de Manejo do Parque Estadual da Pedra Branca*. Acedido em 19 de novembro de 2016, em <http://www.inea.rj.gov.br/cs/groups/public/documents/document/zew/mdm1/~edisp/inea0035928.pdf>.
- Iwama, A. Y., Lima, F. B. & Pellin, A. (2014). Questão fundiária em áreas protegidas: Uma experiência no Parque Estadual da Pedra Branca (PEPB), Rio de Janeiro, Brasil. *Sociedade & Natureza*, 26(1), 77-93.
- Machado, C. J. S., Costa, D. R. T. R. & Vilani, R. M. (2012). A análise do princípio da participação social na organização federal dos conselhos gestores de unidades de conservação e mosaicos: realidade e desafios. *Gestão e Desenvolvimento Regional*, 8(3), 50-75.
- Ortiz, F. (2013). Parque Estadual da Pedra Branca ganha guia de trilhas. Acedido em 19 de novembro de 2016, em <http://www.oeco.org.br/noticias/27818-parque-estadual-da-pedra-branca-ganha-guia-de-trilhas/>.
- Panosso Netto, A. & Calciolari, G. F. M. (2010). Quantos são os Livros Teóricos de Turismo Publicados no Brasil? Uma Análise da Produção Bibliográfica Nacional (1990-2010). *Turismo em Análise*, 21(3), 668-686.
- Pessôa, M. M., Piquet, R. & Vilani, R. M. (2015). Inserção social da pós-graduação brasileira: estudo de mestrados profissionais da área de Planejamento Urbano e Regional. *Revista Brasileira de Pós-Graduação*, 12(27), 71-98.
- Prodanov, C. C. & Freitas, E. C. (2013). *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. Novo Hamburgo: Feevale.
- Silvério Neto, R., Bento, M. C., Menezes, S. C. & Almeida, F. S (2015). Caracterização da Cobertura Florestal de Unidades de Conservação da Mata Atlântica. *Floresta e Ambiente*, 22(1), 32-41.
- Temoteo, J., Crispim, M. & Brandão, J. (2014). Turismo e sustentabilidade em unidades de conservação: Um estudo sobre as alternativas de emprego e renda na área de preservação ambiental da Barra do Rio Mamanguape-PB.

- In: *Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo*, Vol. 11, Set. 24-26. Fortaleza, Brasil.
- Trajano, E. (2010). Políticas de conservação e critérios ambientais: princípios, conceitos e protocolos. *Estudos Avançados*, 24(68), 135-146.
- United Nations World Tourism Organisation. (2002). *Eco-tourism and Protected areas*. Acedido em 21 de novembro de 2016, em <http://sdt.unwto.org/content/ecotourism-and-protected-areas>.
- Vilani, R. M. (2012). Interpretação da política nacional de turismo à luz do princípio constitucional de desenvolvimento sustentável. *Cultur – Revista de Cultura e Turismo*, 6(2), 60-72.
- Zaú, A. S. (2014). A conservação de áreas naturais e o Ecoturismo. *Revista Brasileira de Ecoturismo*, 7(2), 290-321.